Volume 20, 2026, e50292

Psicologia em Pesquisa

https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa

Vivências Universitárias de Mulheres Lésbicas: Entre Sexismo e Lesbofobia

University Experiences of Lesbian Women: Between Sexism and Lesbophobia

Vivencias Universitarias de Mujeres Lesbianas: Entre Sexismo y Lesbofobia

Sabrina de Oliveira Crisóstomo[1], Natália Fernandes Teixeira Alves[2], Kaline da Silva Lima[3], Ana Valquíria de Freitas Ribeiro[4], Islay Ianne Ponte Parente[5], Samuel Rocha Girão[6] & Luciana Maria Maia[7]

[1] Universidade de Fortaleza. *E-mail:* sabrinaa.olicri@gmail.com *ORCID:* https://orcid.org/0009-0003-6002-352X
[2] Universidade de Fortaleza. *E-mail:* nataliafta_@hotmail.com *ORCID:* https://orcid.org/0000-0002-0722-1485
[3] Universidade de Fortaleza. *E-mail:* kalinelima8@gmail.com *ORCID:* https://orcid.org/0000-0001-6127-5815
[4] Universidade de Fortaleza. *E-mail:* anavalquiriadefreitas@gmail.com *ORCID:* https://orcid.org/0009-0001-5794-5027
[5] Universidade de Fortaleza. *E-mail:* islay.ipp@edu.unifor.br *ORCID:* https://orcid.org/0009-0001-4041-8087
[6] Universidade de Fortaleza. *E-mail:* samuelgirao03@gmail.com *ORCID:* https://orcid.org/0009-0007-3282-701X
[7] Universidade de Fortaleza. *E-mail:* lucianamaia@unifor.br *ORCID:* https://orcid.org/0000-0003-1491-5685

Informações do Artigo:

Sabrina de Oliveira Crisóstomo

sabrinaa.olicri@gmail.com

Recebido em: 23/09/25
Aceito em: 03/03/26

RESUMO

Este estudo teve como objetivo investigar as vivências de mulheres lésbicas no contexto universitário, com foco nos desafios relacionados ao preconceito, pertencimento e trajetórias acadêmicas. Para tanto, foi realizado um grupo focal on-line com oito participantes, com idades entre 20 e 24 anos, majoritariamente estudantes de universidades públicas. Os dados foram analisados por meio do software IRaMuTeQ, utilizando a Classificação Hierárquica Descendente. Os resultados revelaram vivências marcadas por invisibilidade, discriminação e dificuldades na integração social, ao mesmo tempo em que evidenciaram a construção de redes de apoio entre pares como estratégia de resistência. Observou-se que a universidade, embora possa reproduzir desigualdades estruturais, também se apresenta como espaço de afirmação identitária e de luta por reconhecimento. Conclui-se que reconhecer e acolher a diversidade sexual no ambiente acadêmico é fundamental para a promoção da equidade, do bem-estar subjetivo e da permanência dessas estudantes em um contexto ainda permeado por sexismo e lesbofobia.

PALAVRAS-CHAVE:

Mulheres lésbicas; Vivências; Preconceito; Universidade.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the experiences of lesbian women in the university context, focusing on the challenges related to prejudice, belonging, and academic trajectories. An online focus group was conducted with eight participants, aged between 20 and 24 years old, mostly from public universities. Data were analyzed using the IRaMuTeQ software through Descending Hierarchical Classification. The findings revealed experiences marked by invisibility, discrimination, and difficulties in social integration, while also highlighting the construction of peer support networks as a resistance strategy. It was observed that the university, although it may reproduce structural inequalities, also presents itself as a space for identity affirmation and struggles for recognition. It is concluded that acknowledging and embracing sexual diversity in the academic environment is essential for promoting equity, subjective well-being, and the **retention** of these students, in a context still permeated by sexism and lesbophobia.

KEYWORDS:

Lesbian women; Experiences; Prejudice; University.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo investigar las vivencias de mujeres lesbianas en el contexto universitario, con énfasis en los desafíos relacionados con el prejuicio, la pertenencia y las trayectorias académicas. Para ello, se realizó un grupo focal en línea con ocho participantes, de entre 20 y 24 años, en su mayoría estudiantes de universidades públicas. Los datos fueron analizados mediante el software IRaMuTeQ, a través de la Clasificación Jerárquica Descendente. Los resultados evidenciaron vivencias marcadas por la invisibilidad, la discriminación y las dificultades en la integración social, al mismo tiempo que resaltaron la construcción de redes de apoyo entre pares como estrategia de resistencia. Se observó que la universidad, aunque pueda reproducir desigualdades estructurales, también se presenta como un espacio de afirmación identitaria y lucha por el reconocimiento. Se concluye que reconocer y acoger la diversidad sexual en el ámbito académico es esencial para promover la equidad, el bienestar subjetivo y la permanencia de estas estudiantes, en un contexto aún permeado por el sexismo y la lesbofobia.

PALABRAS CLAVE:

Mujeres lesbianas; Vivencias; Prejuicio; Universidad.

Para compreender a discriminação no ambiente universitário, é necessário recorrer à tríade de estereótipos, preconceito e discriminação (Allport, 1954; Pérez-Nebra & Gomes, 2011). Esses mecanismos se materializam em formas de opressão, como o sexismo e a lesbofobia. O sexismo, conforme a teoria do sexismo ambivalente (Glick & Fiske, 1996),

manifesta-se de forma hostil, por meio de atitudes negativas e misóginas, ou de forma benevolente, ao atribuir características “positivas” que reforçam papéis tradicionais de gênero (Souza et al., 2025). Ambas perpetuam hierarquias e podem emergir sutilmente no espaço acadêmico.

Nesse contexto, a heteronormatividade regula corpos femininos e legitima apenas a heterossexualidade, tornando a lesbianidade invisível ou patologizada (Ferrão et al., 2019; Pérez-Nebra & Gomes, 2011). A lesbofobia, manifestação específica da homofobia, impõe estigma e exclusão a mulheres lésbicas (Silveira & Vaz, 2014). Embora a universidade seja, em tese, espaço de liberdade, pode se revelar hostil e excludente, reforçando a invisibilidade das lesbianidades na produção científica nacional (Braga et al., 2017).

A teoria da performatividade de gênero de Butler (2003) auxilia a compreender como normas de gênero e sexualidade se reproduzem no cotidiano, no qual o sexo e o gênero não são apenas uma “performance narrativa”, mas sim processos de produção e construção contínuos, regulados por regras que buscam ocultar seu próprio funcionamento e naturalizar seus efeitos. Articulada à perspectiva interseccional, essa abordagem evidencia a sobreposição de opressões: uma mulher lésbica negra ou de baixa renda enfrenta experiências distintas de uma branca e de classe alta (Ferrão et al., 2019). Assim, raça, classe e sexualidade compõem sistemas que intensificam desigualdades no ambiente acadêmico.

Nesse cenário, redes de apoio emergem como estratégias de resistência e resiliência. O apoio social fortalece a capacidade de enfrentamento diante do estigma e amplia fatores de proteção, especialmente quando presente em diferentes contextos da vida cotidiana (Braga et al., 2017). Essas redes estão diretamente relacionadas ao sentimento de pertencimento, que pode amenizar experiências de exclusão e favorecer a permanência acadêmica. Compreender

como essas redes se formam e quem delas participa é essencial para identificar não apenas as opressões, mas também as táticas de sobrevivência e transformação.

Portanto, ao analisar as vivências de mulheres lésbicas no espaço acadêmico, é imprescindível considerar a interação entre sexismo e lesbofobia, bem como o papel da raça, eixo fundamental da classificação social moderna que se articula à dominação de gênero para distribuir a população em níveis, lugares e papéis na estrutura de poder (Quijano, 2005). Essas vivências revelam a complexidade das desigualdades de gênero, que podem resultar em exclusão e barreiras acadêmicas, reforçando a noção de "normalidade" sexual como mecanismo de exclusão (Madureira & Branco, 2007; Silva & Menandro, 2021). Estudos recentes demonstram que essas formas de preconceito, manifestadas em microagressões, invisibilidade e silenciamento, impactam a autoestima e aumentam o estresse e ansiedade, variando inclusive conforme cursos e áreas do conhecimento (Gato et al., 2015; Santos & Cerqueira-Santos, 2022; Seelman et al., 2017; Silva & Carvalho, 2023; Yan, 2023). Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo investigar as vivências de mulheres lésbicas no contexto universitário, com foco nos desafios relacionados ao preconceito, pertencimento e trajetórias acadêmicas.

Método

Este estudo qualitativo buscou analisar as vivências de jovens mulheres lésbicas em universidades públicas e privadas, com foco no sexismo e na lesbofobia. O delineamento foi descritivo-exploratório, voltado a elucidar o estado da arte e apontar lacunas para novas perspectivas (Minayo & Guerriero, 2014). Para garantir rigor e transparência, seguiram-se os critérios do guia Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research — COREQ (Souza et al., 2021).

Participantes

Oito estudantes universitárias cisgênero e lésbicas, de 20 a 24 anos, participaram da pesquisa. Elas estavam matriculadas em cursos de psicologia, pedagogia, direito, medicina e biologia, em instituições de ensino superior de Fortaleza (CE), sendo a maioria oriunda de universidades públicas (N = 7; 87,5%). Para garantir a alteridade, as participantes são identificadas por nomes fictícios: Simone, Maria, Aurora, Clarice, Audre, Manu, Alin e Lygia. Além da idade, foram considerados aspectos como raça/cor e origem socioeconômica, por se tratar de marcadores interseccionais relevantes para compreender pertencimento e desigualdades no contexto acadêmico. A identidade de Lygia como mulher negra, por exemplo, traz nuances específicas sobre solidariedade e desafeto. Já Maria, que se identifica como "*desfem*", relatou barreiras socioeconômicas marcantes. Ela também destacou o medo da exclusão profissional em instituições de ensino religiosas.

Instrumento e Coleta de Dados

As participantes foram recrutadas por meio de formulário no Google Forms, divulgado em redes sociais e aplicativos (Instagram, WhatsApp e X). Após o consentimento inicial, foram selecionadas aquelas que atendiam aos critérios de inclusão (ser mulher cisgênero, lésbica e estudante de graduação). A coleta ocorreu via grupo focal on-line (Google Meet), com duração de duas horas, conduzido por uma moderadora, uma co-moderadora, a orientadora do estudo e dois apoios técnicos, todas mulheres cisgênero. O roteiro semiestruturado partiu da questão central "Como é ser uma mulher lésbica na universidade?" e incluiu reflexões sobre preconceito, pertencimento e trajetórias acadêmicas, além de abordar políticas institucionais voltadas ao público LGBTQIA+ (Ressel et al., 2008). Foram empregadas estratégias de mediação para estimular a participação equitativa e minimizar possíveis inibições decorrentes da presença de várias pesquisadoras no encontro.

Procedimentos Éticos

As participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição vinculada (CAAE — 79653224.3.0000.5052).

Análise dos Dados

Devido a amplitude do corpus, os dados foram processados no software IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), utilizando a técnica de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que segmenta progressivamente o corpus textual em classes temáticas homogêneas baseando-se na distribuição lexical e em testes de qui-quadrado (χ^2) para identificar associações entre palavras e classes (Camargo & Justo, 2013). O corpus foi construído a partir das falas transcritas, lematizadas e padronizadas, permitindo identificar a estrutura lexical. As classes resultantes foram posteriormente interpretadas à luz do referencial teórico, buscando captar nuances das vivências relatadas para além da frequência lexical.

A análise foi conduzida por uma equipe composta por quatro pesquisadoras, duas delas pertencentes ao grupo social investigado. Após a extração das classes pelo IRaMuTeQ, a equipe discutiu coletivamente sua interpretação e nomeação, com base nas palavras de maior χ^2, nas falas associadas e no referencial teórico. Esse processo de validação entre pares assegurou reflexividade, transparência e consistência analítica, em conformidade com o COREQ (Souza et al., 2021).

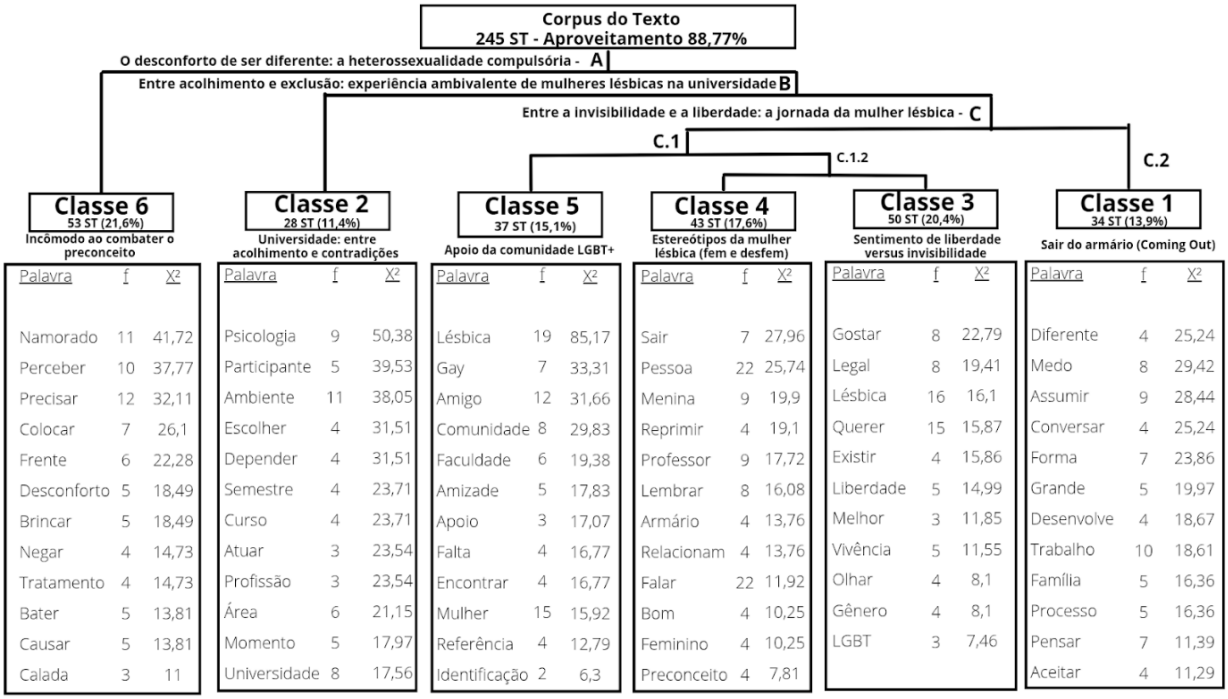
Resultados e Discussão

O corpus geral foi constituído por 8 textos, separados em 276 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 245 STs (88,77%). A análise atendeu aos critérios de completude do COREQ, e a exaustividade foi garantida pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que processou integralmente o material. Embora não se trate de saturação no sentido clássico, essa abrangência confere robustez aos resultados. Por ter origem no contexto universitário, o corpus deve ser entendido também como elemento constitutivo das experiências narradas, influenciando os sentidos atribuídos pelas participantes (Souza et al., 2021).

A CHD resultou em 6 classes, organizadas em 3 ramificações, representadas no dendrograma (Figura 1). A ramificação A, "O desconforto de ser diferente: a heterossexualidade compulsória", reúne a Classe 6; a ramificação B, "Entre acolhimento e exclusão: experiência ambivalente de mulheres lésbicas na universidade", composta pela Classe 2; e ramificação C, denominada "Entre a invisibilidade e a liberdade: a jornada da mulher lésbica", abarca as Classes 5, 4, 3 e 1.

Figura 1

Dendograma IRaMuTeQ.



Palavra	f	X²
Namorado	11	41,72
Perceber	10	37,77
Precisar	12	32,11
Colocar	7	26,1
Frente	6	22,28
Desconforto	5	18,49
Brincar	5	18,49
Negar	4	14,73
Tratamento	4	14,73
Bater	5	13,81
Causar	5	13,81
Calada	3	11

Palavra	f	X²
Psicologia	9	50,38
Participante	5	39,53
Ambiente	11	38,05
Escolher	4	31,51
Depender	4	31,51
Semestre	4	23,71
Curso	4	23,71
Atuar	3	23,54
Profissão	3	23,54
Área	6	21,15
Momento	5	17,97
Universidade	8	17,56

Palavra	f	X²
Lésbica	19	85,17
Gay	7	33,31
Amigo	12	31,66
Comunidade	8	29,83
Faculdade	6	19,38
Amizade	5	17,83
Apoio	3	17,07
Falta	4	16,77
Encontrar	4	16,77
Mulher	15	15,92
Referência	4	12,79
Identificação	2	6,3

Palavra	f	X²
Sair	7	27,96
Pessoa	22	25,74
Menina	9	19,9
Reprimir	4	19,1
Professor	9	17,72
Lembrar	8	16,08
Armário	4	13,76
Relacionam	4	13,76
Falar	22	11,92
Bom	4	10,25
Feminino	4	10,25
Preconceito	4	7,81

Palavra	f	X²
Gostar	8	22,79
Legal	8	19,41
Lésbica	16	16,1
Querer	15	15,87
Existir	4	15,86
Liberdade	5	14,99
Melhor	3	11,85
Vivência	5	11,55
Olhar	4	8,1
Gênero	4	8,1
LGBT	3	7,46

Palavra	f	X²
Diferente	4	25,24
Medo	8	29,42
Assumir	9	28,44
Conversar	4	25,24
Forma	7	23,86
Grande	5	19,97
Desenvolve	4	18,67
Trabalho	10	18,61
Família	5	16,36
Processo	5	16,36
Pensar	7	11,39
Aceitar	4	11,29

Nota. Tal imagem consiste nas classes e ramificações geradas pelo IRaMuTeQ.

Observa-se que as ramificações A e B são compostas por uma única classe cada. Esse resultado sugere que esses temas apresentam forte coesão interna, diferentemente da ramificação C, que congrega quatro classes e reflete maior diversidade de discursos.

O Desconforto de Ser Diferente: A Heterossexualidade Compulsória

A Classe 6, intitulada “Incômodo ao Combater o Preconceito”, integra essa ramificação e compreende 21,60% (53 ST) do corpus total analisado. Ela é constituída por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 41,72$ (“Namorado”) e $\chi^2 = 11$ (Calada). Esta classe revela que o ambiente universitário mantém estruturas de sexismo que exigem esforço constante de negociação, conforme ilustra o relato de Lygia sobre o tratamento diferenciado dado à sua namorada em comparação aos parceiros das amigas. A exemplo, tem-se:

> Muito difícil os primeiros dois anos, embora fale abertamente me sinto excluída, e percebo um tratamento diferente no meu curso, não somos assim tão abertos, mas durante a qualificação aconteceu da minha namorada não ter o tratamento igual aos namorados das minhas amigas (Lygia, 20 anos, universidade pública).

As falas das participantes ilustram a pressão social da heteronormatividade. A Lygia relatou sentir-se excluída e perceber tratamento diferenciado em seu relacionamento em comparação com os relacionamentos heterossexuais das colegas. Já a Audre destacou a exaustão de "bater de frente" e o desgaste emocional resultante da violência simbólica e do preconceito velado no cotidiano universitário: "Isso era muito exaustivo para mim e me causava muito mal, e de tanto bater de frente eu sentia que aquilo me desgastava muito" (Audre, 22 anos, universidade pública).

Enquanto Glick e Fiske (1996) contribuem para compreender os mecanismos relacionais do sexismo, como esse tratamento diferenciado sinaliza que a aceitação da mulher no espaço acadêmico é, muitas vezes, benevolente e condicional: ela é integrada desde que sua vida afetiva não rompa com a norma. Foucault (1999) e Rich (2012) evidenciam como tais mecanismos se inscrevem em regimes normativos mais amplos, evidenciando como a heterossexualidade compulsória estrutura práticas de poder e silenciamento, sendo uma instituição política imposta. No contexto brasileiro, Gomes et al. (2015) mostram como processos sociais conservadores reforçam tais silenciamentos, perpetuando desigualdades de reconhecimento.

Assim, o "tratamento diferenciado" não se restringe a vivências individuais, mas traduz a atuação de um sistema de normas que regula quais formas de existência são reconhecidas como legítimas. A fala da Lygia, ao notar que sua namorada não recebeu o mesmo tratamento dado aos parceiros heterossexuais, ilustra como a heteronormatividade funciona como critério

de validação social. Já a fala da Audre, ao relatar o desgaste de “bater de frente”, explicita o custo subjetivo de resistir continuamente a essas imposições, revelando como a violência simbólica se inscreve no cotidiano acadêmico.

Em síntese, a Classe 6 revela que o incômodo e o desgaste relatados são efeitos da heteronormatividade institucionalizada. Essa lógica expõe relacionamentos lésbicos à hostilidade velada e exige constante adaptação, confronto ou silêncio. Além do impacto individual, esses episódios reproduzem uma cultura universitária que fragiliza o reconhecimento da diversidade e compromete a democratização do ensino superior.

Entre o Acolhimento e a Exclusão: A Experiência Ambivalente na Universidade

A Classe 2, denominada “Universidade: Entre Acolhimento e Contradições”, compõe esta ramificação e abrange 11,40% (28 ST) do corpus. Os termos que a constituem situam-se no intervalo entre χ^2 = 50,38 (“Psicologia”) e χ^2 = 17,56 (“Universidade”). Os resultados indicam que, embora a universidade seja percebida como um local mais seguro que a escola, o acolhimento é frequentemente condicional e convive com a invisibilidade, especialmente quando a lesbianidade desafia normas de gênero estabelecidas. A exemplo tem-se a fala da Clarice: “Realmente a faculdade entra pra mim como um local muito seguro comparado a escola, já que as regras não são tão rígidas” — ainda que apenas até certo ponto, e da Aurora:

> Eu fui estudar, comecei a trabalhar, comecei a ter meu dinheiro, comecei a ser mais independente, comecei terapia, comecei a misturar várias experiências. Então, acho que o ambiente da universidade trouxe pra mim uma liberdade que eu não conhecia até aquele momento (Aurora, 22 anos, universidade pública).

Esses relatos mostram que a universidade pode ser vivida como espaço de acolhimento, embora limitado. Essa ambivalência se explica porque o acolhimento é condicional: ele depende da expressão de gênero e da adesão a um modelo de lesbianidade que não desafie

normas heteronormativas, como Aurora relatou que, por não parecer o "estereótipo" de lésbica devido à sua feminilidade, foi questionada: "mas você é tão feminina, você tem certeza disso?". Esse dado fundamenta a interpretação de que a universidade oferece um acolhimento frágil: lésbicas que não desafiam visualmente a ordem de gênero são toleradas, mas sua identidade é invisibilizada ou tratada como "confusão" (Glick & Fiske, 1996).

A teoria do sexismo ambivalente (Glick & Fiske, 1996) ajuda a explicar essa ambivalência, evidenciando que o acolhimento é condicional e depende da performatividade de gênero. A sensação de segurança relatada está ligada à performatividade de gênero e à adesão a um modelo de lesbianidade que não desafia a heteronormatividade. O sexismo benevolente pode tolerar mulheres lésbicas de expressão "feminina", mas retira esse reconhecimento e expõe à hostilidade aquelas com expressão "masculinizada". Assim, a universidade pode ser acolhedora para algumas, justamente porque suas identidades não perturbam a ordem de gênero vigente.

Nesse contexto, o ambiente universitário desempenha papel central na formação de sujeitos e futuros profissionais, devendo favorecer processos de construção e desconstrução (Sardinha et al., 2019). Para várias participantes, ele representou um espaço de maior acolhimento em comparação à escola, funcionando até como refúgio frente a contextos familiares homofóbicos e religiosos que limitavam a expressão identitária, já que estudantes de baixa renda ou de universidades públicas muitas vezes veem a universidade como um refúgio contra contextos familiares opressores (Silva et al., 2019). Além disso, proporcionou maior independência, acesso a recursos (como terapia) e contato com movimentos sociais, fortalecendo experiências de resistência e transformação.

Todavia, essas vivências de acolhimento convivem com invisibilidade e discriminação, confirmando que o espaço só é benevolente enquanto a lesbianidade não desafia normas de gênero, como quando a universidade naturaliza a presunção de heterossexualidade. Dessa forma, a naturalização da presunção de heterossexualidade no ambiente acadêmico impele a estudante a um movimento ininterrupto de afirmação identitária (*coming out*). Esse cenário transmuta a existência cotidiana em um ato de confronto político compulsório, o qual deflagra sofrimento ético-político e o desejo de retração para salvaguardar a saúde mental. Tal desgaste é materializado no relato de Lygia, que descreve a necessidade de se posicionar explicitamente como lésbica perante seu círculo social na universidade. De modo análogo, Clarice aponta que sua individualidade é frequentemente reduzida à orientação sexual, sendo este o único marcador pelo qual é reconhecida pelos pares (Ferrão et al., 2019). Assim, o "ambiente acolhedor" decorre menos de uma abertura institucional plena e mais da fuga de contextos opressores e da constante negociação com normas vigentes como também evidenciado na Classe 6.

Essa dualidade revela que, embora haja avanços, as universidades ainda reproduzem culturas excludentes. Como lembra Lygia, ao relatar o tratamento diferenciado de colegas e professores, o ensino superior muitas vezes naturaliza a invisibilidade e a marginalização (Ferrão et al., 2019). Desse modo, a ambivalência não se restringe às experiências individuais, mas aponta para uma cultura institucional que limita o reconhecimento da diversidade e perpetua desigualdades estruturais no espaço acadêmico.

Entre a Invisibilidade e a Liberdade: A Jornada da Mulher Lésbica

A Classe 5, intitulada “Apoio da Comunidade LGBTQIA+”, compreende 15,10% (37 ST) do corpus e situa-se no intervalo entre $\chi^2 = 85,17$ (“Lésbica”) e $\chi^2 = 6,30$ (“Identificação”). Os depoimentos destacam a universidade como espaço de construção de redes de apoio fundamentais ante a ausência de suporte familiar. A exemplo tem-se:

> Eu acho que isso serve para muitas pessoas da comunidade, muitas mulheres lésbicas, porque muitas vezes não tem uma rede de apoio dentro de casa e aí vai encontrar esse apoio nas amizades, que muitas vezes podem ser conquistadas através da universidade ou no ambiente escolar (Maria, 21 anos, universidade pública).
>
> Eu não vejo muitas mulheres lésbicas na minha área, me faltam referências, e eu acho que me faltam também amigas lésbicas (Audre, 22 anos, universidade pública).

Esses relatos evidenciam o papel crucial da comunidade LGBTQIA + como rede de suporte social, fortalecendo a superação de obstáculos e o desenvolvimento pessoal, sobretudo quando há exclusão familiar (Braga et al., 2017; Deslandes, 2004). O apoio social atua como recurso protetivo, associado à diminuição de comportamentos de risco, ao aumento da resiliência e à melhoria da qualidade de vida, especialmente quando presente em diferentes contextos da vida cotidiana (Braga et al., 2017). Além disso, articulações interseccionais promovem solidariedade entre discursos minorizados e ampliam o protagonismo jovem assim como a falta de referências e a falta de amizades lésbicas pode ser interpretado como efeito do epistemicídio, que apaga a presença de mulheres negras e lésbicas em determinados campos do conhecimento (Carneiro, 2005; Sardinha et al., 2019).

A universidade surge como espaço de construção de novas relações e identificação como enfatizou Aurora. Apesar disso, persiste a invisibilidade, muitas vezes acompanhada de solidão. Uma jovem relatou: “sinto falta na universidade de alianças dentro da comunidade em

si, só vejo uma questão mais geral" (Maria, 21 anos, universidade pública), apontando o desejo por grupos e pesquisas voltados à vivência lésbica. Essa dificuldade em consolidar redes específicas reflete a dupla marginalização enquanto mulheres e lésbicas em um contexto ainda dominado pelo poder masculino (Rich, 2012).

Os depoimentos revelam a centralidade do apoio social, mas também a necessidade de maior atenção às especificidades da experiência lésbica dentro da comunidade LGBTQIA+. A invisibilidade, mesmo em ambientes progressistas, como a universidade e o próprio movimento LGBTQIA+ pode reproduzir o machismo estrutural e o sexismo, mostra como exclusões que são reproduzidas por discursos homogeneizadores (Souza et al., 2020). O apoio comunitário é fundamental para validar identidades e desafiar normas sociais, embora mesmo dentro da comunidade possam reproduzir estereótipos — como a dicotomia entre *fem* e *desfem*, criando novas formas de exclusão. Os termos "fem" e "desfem" serão utilizados como abreviações de "feminilidade" e "desfeminilização" por corresponderem às categorias empregadas pelas próprias participantes.

A Classe 4, denominada "Estereótipos da Mulher Lésbica (*Fem* e *Desfem*)", abrange 17,60% (43 ST) dos segmentos de texto, com termos entre $\chi^2 = 27{,}96$ ("Sair") e $\chi^2 = 7{,}81$ ("Preconceito"). Analisa-se aqui a regulação heteronormativa que impõe hostilidade direta às "*desfem*" e invisibilidade coercitiva às "*fem*". A exemplo tem-se:

> Inclusive quando eu me assumi, uma das falas que eu escutei foi "mas você é tão feminina você tem certeza disso?" (Clarice, 21 anos, universidade privada).
>
> Algumas meninas, eu não vou lembrar agora, falaram que já sofreram preconceito de outras pessoas LGBTs, como formar a feminilidade. Às vezes eu ouço muito assim "ah mas você só tá confusa" (Audre, 22 anos, universidade pública).

A teoria da identidade social de Tajfel e Turner (1979) postula que categorização e comparação sociais são processos fundamentais na construção da identidade e nas relações intergrupais. A pertença a um grupo (endogrupo) tende a gerar viés favorável em detrimento dos exogrupos. Para mulheres lésbicas, essa dinâmica se expressa na dificuldade de se reconhecerem em um grupo que diverge dos padrões normativos de feminilidade. A socialização, moldada por categorias sociais, restringe identidades e favorece a construção de uma contracultura que questiona estereótipos de gênero.

Essas experiências revelam como os estereótipos, enquanto crenças culturais, afetam a autoimagem. As participantes internalizaram heteroestereótipos como "você é tão feminina, tem certeza disso?" (Aurora, 22 anos, universidade pública), que convergem em autoestereótipos (Pérez-Nebra & Gomes, 2011). Pela teoria da identidade social, a dicotomia *fem*/*desfem* funciona como estratégia intragrupal que paradoxalmente reforça a hierarquia de gênero hegemônica, privilegiando lésbicas que menos desafiam normas de feminilidade.

Esse processo também dialoga com o sexismo ambivalente: lésbicas fem tendem a ser invisibilizadas e alvo de sexismo benevolente, enquanto as *desfem* sofrem hostilidade aberta por desafiarem mandatos de gênero. Ambas as experiências revelam a regulação heteronormativa da sexualidade feminina. Os relatos das participantes explicitam a dicotomia entre a lésbica "sapatão" *(desfem)*, masculinizada e mais visada pelo preconceito, e a lésbica fem, invisibilizada e presumida como heterossexual.

Segundo Toledo e Teixeira (2010), discursos machistas moldam as mulheres em padrões estereotipados definidos pelos homens, ocultando a pluralidade das lesbianidades. Lygia ilustra esse processo ao relatar maiores dificuldades por se identificar como *desfem*, percebendo exclusão e arrogância de colegas por não se enquadrar nos padrões tradicionais de feminilidade. Assim, a expressão de gênero torna-se conceito central, como o machismo

estrutural com a imposição da feminilidade: lésbicas *desfem* sofrem preconceito explícito, enquanto as *fem* enfrentam invisibilidade e questionamentos sobre sua orientação. Portanto, a dicotomia *fem*/*desfem* opera como duplo vínculo: invisibilidade coercitiva para as *fem* e hostilidade direta para as *desfem*, ambas como expressões da violência simbólica heteronormativa. Essa dinâmica mostra que a opressão não se organiza por hierarquia de sofrimento, mas por sanções complementares destinadas a punir desvios da heterossexualidade e manter o controle patriarcal sobre corpos e sexualidades. A luta pela libertação exige, portanto, desconstruir essa dicotomia e abrir espaço à pluralidade das expressões lésbicas sem estereótipos.

A Classe 3, intitulada "Sentimento de Liberdade Versus Invisibilidade", representa 20,40% (50 ST) do corpus, constituída por palavras no intervalo entre $\chi^2 = 22,79$ ("Gostar") e $\chi^2 = 7,46$ ("LGBT"). Os relatos evidenciam o custo subjetivo de não corresponder à feminilidade normativa e o peso da "heterossexualidade compulsória" como instituição política imposta. A exemplo tem-se:

> Então às vezes é que eu sinto que eu não me assumi totalmente, que as pessoas aqui sabem que eu namoro mulher, que eu gosto de mulher, mas eu acho que elas não sabem que eu sou lésbica (Audre, 22 anos, universidade pública).

> E que eu senti que foi algo como, "ah já que você é lésbica, você que lide" e que não necessariamente era algo que eu queria fazer, que eu queria lidar com aquilo mesmo (Simone, 20 anos, universidade pública).

Para Butler (2003), o gênero não é uma essência inata nem uma "performance teatral" voluntária, mas um efeito de discursos, normas e práticas repetidas que moldam corpos e identidades. Em sociedades heteronormativas, que valorizam a heterossexualidade como padrão, mulheres lésbicas enfrentam punições, discriminação e violência, já que a

heterossexualidade garante privilégios sociais. A invisibilidade das identidades lésbicas em contextos educativos contribui para hostilidade, sendo necessário questionar essa invisibilidade e desafiar saberes hegemônicos, predominantemente heterossexuais e masculinos.

A lesbofobia, entendida como atitudes e comportamentos que marginalizam mulheres que amam mulheres, busca negar sua existência e impor estigma social (Silveira & Vaz, 2014). As falas mostram que a invisibilidade dificulta o autoconhecimento e impõe sobrecarga emocional. A Audre mencionou que "as pessoas não sabem que eu sou lésbica", mesmo sabendo de seu interesse por mulheres. Já a Simone relatou ouvir: "já que você é lésbica, você que lide", expressão da expectativa de que lésbicas enfrentem sozinhas o preconceito, revelando falta de suporte coletivo e sobrecarga de trabalho emocional.

A jornada lésbica é marcada pela luta contra a invisibilidade e pela busca de reconhecimento (Frazão & Rosário, 2008). A negligência desses desafios específicos em contextos educativos agrava a hostilidade (Torres & Pedroso, 2020). Segundo Silva e Araújo (2013), é preciso questionar a invisibilidade lésbica na universidade e confrontar saberes hegemônicos masculinos e heterossexuais. A escassez de pesquisas sobre a vivência de mulheres lésbicas no Brasil reforça estereótipos e amplia a vulnerabilidade desse grupo, sobretudo na juventude (Braga et al., 2017).

Os relatos das participantes mostram como, em uma sociedade heteronormativa, o gênero é performativamente construído e imposto desde o nascimento, e as lésbicas são submetidas a constantes processos de validação. A invisibilidade e estigmatização são reforçadas tanto pela falta de representação midiática quanto pela escassez de estudos acadêmicos.

Essas barreiras também dificultam o *coming out*, já que o medo da rejeição, discriminação e violência leva muitas a adiar a revelação de sua orientação sexual. Contudo, assumir-se é um passo essencial para a construção de uma identidade autêntica e para a criação de redes de apoio. A universidade, como espaço de encontro e troca, pode favorecer esse processo, tornando-se ambiente de maior segurança para que mulheres lésbicas construam suas narrativas.

A Classe 1, denominada "Sair do Armário (*Coming Out*)", compreende 13,90% (34 ST) do material analisado e é formada por termos entre $\chi^2 = 25{,}24$ ("Diferente") e $\chi^2 = 11{,}29$ ("Aceitar"). Esta classe demonstra que o processo de revelação é atravessado por opressões interseccionais de raça e classe, intensificando o medo da exclusão laboral em instituições religiosas e o descrédito intelectual. A exemplo tem-se:

> Eu acho que ser lésbica no meu trabalho é uma qualidade, pois desenvolvi uma sensibilidade para com meus alunos. Tenho dificuldade de encontrar emprego, principalmente em escolas particulares, não envio currículo para escolas católicas ou religiosas porque tenho medo de ser discriminada (Lygia, 20 anos, universidade pública).
>
> Eu também sempre passo por isso de ter que me assumir para algumas pessoas, várias vezes por ano isso acontece, e eu já estou no quinto semestre (Alin, 21 anos, universidade pública).

As falas das participantes ilustram a complexidade do *coming out* como experiência interseccional, atravessada pela lesbofobia e pelo sexismo. A Lygia relata que sua lesbianidade pode ser vista como uma "qualidade" no trabalho associada a estereótipos benevolentes de cuidado, mas também gera discriminação antecipada, levando-a a evitar empregos em escolas

religiosas. É um exemplo de como o sexismo ambivalente valoriza identidades em contextos restritos e as pune em estruturas sociais mais amplas criando precariedade laboral.

Já a Alin afirma "ter que me assumir várias vezes por ano", mostrando que o *coming out* é um processo contínuo. Cada revelação envolve avaliação de risco e negociação com o preconceito, impondo às lésbicas um trabalho emocional constante de autodefesa e explicação de sua existência. Essa discriminação, como o medo da Lygia de buscar emprego, reflete processos históricos que instituíram a heteronormatividade como norma, como em sua fala:

> Tenho dificuldade de encontrar emprego, principalmente em escolas particulares; não envio currículo para escolas católicas ou religiosas porque tenho medo de ser discriminada. Na universidade pública é um pouco mais fácil, mas ainda tenho a impressão de que não me levam a sério.

A conjunção de interesses capitalistas — que organizam a sociedade em torno da família nuclear heterossexual — e dogmas religiosos, que patologizam relações homoafetivas, criou um ambiente hostil que naturalizou a exclusão. Nesse contexto, o *coming out* se configura como ato de resistência política e rito de passagem para a autoaceitação (Caproni et al., 2014).

Mesmo após anos na universidade, a participante Alin ainda precisa se assumir repetidamente, evidenciando a estigmatização, como dito por ela: "embora fale abertamente, me sinto excluída". Como destaca Goffman (1988), a estigmatização consiste em atribuir características negativas a quem se desvia da norma, impactando diretamente as relações sociais. Na América Latina, o *coming out* é permeado por dinâmicas familiares de aceitação ou rejeição, que podem gerar sofrimento psicológico, exclusão e vulnerabilidade (Frazão & Rosário, 2008).

Os relatos mostram a interseccionalidade entre gênero, sexualidade e classe na vivência LGBTQIA+. O relato de Lygia, estudante negra de universidade pública, materializa essa dinâmica ao expor que sua lesbianidade não é o único fator de vulnerabilidade: ela relata um receio seletivo em relação ao mercado de trabalho, admitindo que evita enviar currículos para escolas católicas ou religiosas por antecipar a discriminação. Esse dado fundamenta a tese de que, para mulheres negras e de estratos populares, o *coming out* impõe uma precariedade laboral que não atinge da mesma forma mulheres brancas ou de classes abastadas, evidenciando a colonialidade do poder na divisão sexual e racial do trabalho (Quijano, 2005). Assim, a heteronormatividade nesta pesquisa mostra-se indissociável das marcas de cor e classe, intensificando o silenciamento e a exclusão na medida em que o sujeito acumula marcadores sociais de desvalorização.

De modo geral, essa classe evidencia que o *coming out* é atravessado por opressões interseccionais. As falas mostram que lesbofobia e sexismo ambivalente se entrelaçam, invisibilizando e patologizando a lesbianidade, ao mesmo tempo em que a exploram por meio de estereótipos benevolentes. A discriminação é estrutural, limitando oportunidades e impondo um ciclo exaustivo de revelação e gestão do estigma. A luta pela visibilidade lésbica, portanto, é também luta contra a heteronormatividade e o patriarcado.

Considerações Finais

Considerando os resultados apresentados, evidencia-se a complexidade das experiências de mulheres lésbicas no ambiente universitário. A interseccionalidade entre gênero, sexualidade e outros marcadores sociais, como raça e classe, molda essas vivências e as expõe a diferentes formas de discriminação. Nesse contexto, a heteronormatividade, ainda predominante na sociedade e nas universidades, impõe barreiras à visibilização e à afirmação das identidades lésbicas, gerando sentimentos de isolamento e exclusão.

Em conjunto, os resultados revelam que as vivências universitárias dessas mulheres oscilam entre hostilidade, acolhimento parcial e estratégias de resistência. A universidade emerge, assim, como espaço ambivalente: simultaneamente excludente e potencialmente afirmativo, no qual preconceito e pertencimento coexistem e impactam tanto o bem-estar subjetivo quanto às trajetórias acadêmicas.

Embora a universidade seja concebida como espaço de diversidade e debate, para muitas mulheres lésbicas ela permanece hostil. Preconceitos e estereótipos de gênero e sexualidade persistem, expressando-se tanto na invisibilização quanto em formas sutis e abertas de violência simbólica. A necessidade de se assumir repetidamente, a pressão para atender a padrões heteronormativos e a ausência de representatividade em posições de destaque são desafios recorrentes. Esses achados reforçam a urgência de enfrentar diferentes expressões de discriminação no ensino superior.

A pesquisa também ressalta a relevância de espaços de apoio e redes de solidariedade entre mulheres lésbicas. Ao favorecer o diálogo, a universidade pode tornar-se lugar de resistência e construção identitária. Cabe às instituições desenvolver políticas e ações afirmativas que promovam inclusão e respeito à diversidade sexual, garantindo acolhimento e valorização a todas as estudantes. Nesse sentido, este estudo contribui ao evidenciar a necessidade de transformar a cultura acadêmica, deslocando a universidade de um espaço que apenas tolera para um espaço que efetivamente reconhece e valoriza a diversidade.

Em síntese, esta pesquisa aprofunda o debate sobre as vivências de mulheres lésbicas no ensino superior ao evidenciar as múltiplas formas de discriminação enfrentadas. Indica, também, a urgência de políticas públicas e institucionais que assegurem igualdade de gênero e diversidade sexual, articuladas a estratégias pedagógicas e culturais que fortaleçam o reconhecimento. Além disso, seus resultados contribuem para preencher lacunas da literatura

sobre lesbianidades no contexto acadêmico brasileiro e que podem orientar pesquisas futuras que aprofundem outras dimensões dessa experiência.

Reconhece-se, entretanto, que toda investigação qualitativa apresenta delimitações que precisam ser explicitadas. Este estudo contou com um corpus restrito e utilizou exclusivamente a CHD/IRaMuTeQ, o que condiciona a transferibilidade dos achados. Ainda assim, a exaustividade do material, a reflexividade da equipe e a validação entre pares conferem robustez às análises e apontam caminhos para futuras investigações em diferentes contextos e recortes interseccionais.

Referências

Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Addison-Wesley.

Braga, I. F., Silva, J. L., Santos, Y. G. S., Santos, M. A., & Silva, M. A. I. (2017). Rede e apoio social para adolescentes e jovens homossexuais no enfrentamento à violência. *Psicologia Clínica, 29*(2), 297–318. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652017000200009

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero*. Civilização Brasileira.

Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia, 21*(2), 513–518. https://doi.org/10.9788/tp2013.2-16

Caproni, H. L., Neto., Saraiva, L. A. S., & Bicalho, R. A. (2014). Diversidade sexual nas organizações: Um estudo sobre *coming out*. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, 8*(1), 86–103. https://doi.org/10.12712/rpca.v8i1.316

Carneiro, A. S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório Institucional USP. https://repositorio.usp.br/item/001465832

Deslandes, S. F. (2004). Redes de proteção social e redes sociais: Uma práxis integradora. In Ministério da Saúde (Ed.), *Violência faz mal à saúde* (pp. 135–218). Ministério da Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_faz_mal.pdf

Ferrão, D., Carvalho, L. H., & Coacci, T. (2019). *Psicologia, gênero e diversidade sexual: Saberes em diálogo*. Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais.

Foucault, M. (1999). *História da sexualidade*. Graal.

Frazão, P., & Rosário, R. (2008). O *coming out* de gays e lésbicas e as relações familiares. *Análise Psicológica*, *26*(1), 25–45. https://doi.org/10.14417/ap.475

Gato, J., Fontaine, A. M. G. V., Leme, V. B. R., & Leme, A. A. (2015). Homofobia transatlântica: Preconceito contra lésbicas e gays em Portugal e no Brasil. *Temas em Psicologia, 23*(3), 701–713. https://doi.org/10.9788/tp2015.3-14

Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The ambivalent sexism inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology, 70*(3), 491–512. https://doi.org/10.1037/0022-3514.70.3.491

Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4. ed.). LTC.

Gomes, A. M., Reis, A. F., & Kurashige, K. D. (2015). Violência e homofobia: Um estudo sobre o preconceito e a agressão contra a população LGBT em Mato Grosso do Sul. *Bagoas*, *8*(11), 143–156. https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6547

Madureira, A. F. A., & Branco, A. M. C. U. A. (2007). Identidades sexuais não-hegemônicas: Processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *23*(1), 81–90. https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000100010

Minayo, M. C. S., & Guerriero, I. C. Z. (2014). Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, *19*(4), 1103–1112. https://doi.org/10.1590/1413-81232014194.18912013

Pérez-Nebra, A. R., & Gomes, J. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 150–170). Artmed.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas* (pp. 117–142). CLACSO.

Ressel, L. B., Beck, C. L. C., Gualda, D. M. R., Hoffmann, I. C., Silva, R. M., & Sehnem, G. D. (2008). O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. *Texto & Contexto – Enfermagem, 17*(4), 779–786. https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400021

Rich, A. (2012). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas, 4*(5), 17-44. https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309

Santos, J. J., & Cerqueira-Santos, E. (2022). Prejudice against sexual and gender diversity and beliefs about sex education among university students. *Estudos de Psicologia, 39*, e200017. https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200017

Sardinha, A. C., Soares, A. C. P. M., & Oliveira, F. P. (2019). *Pesquisa em gênero e sexualidade: Perspectivas e experiências a partir da Amazônia*. Editora UNIFAP.

Seelman, K. L., Woodford, M. R., & Nicolazzo, Z. (2017). Victimization and microaggressions targeting LGBTQ college students: Gender identity as a moderator of psychological distress. *Journal of Ethnic & Cultural Diversity in Social Work, 26*(1–2), 112–125. https://doi.org/10.1080/15313204.2016.1263816

Silva, B. L., Melo, D. S., & Mello, R. (2019). A sintomatologia depressiva entre lésbicas, gays, bissexuais e transexuais: Um olhar para a saúde mental. *Revista Enfermagem UERJ, 27*, e41942. https://doi.org/10.12957/reuerj.2019.41942

Silva, G. B., & Menandro, M. C. S. (2021). Sobre o amor entre mulheres: Apontamentos sobre conjugalidade e sexualidade. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 14*(2), 1–23. https://doi.org/10.36298/gerais202114e16784

Silva, Z. P., & Araújo, R. (2013). Lesbianizar é preciso, não somos todas mulheres: A teoria política de Monique Wittig revisitada. In A. C. N. Givigi & P. G. Dornelles (Eds.), *O Recôncavo Baiano sai do armário: Universidade, gênero e sexualidade* (pp. 229–259). Editora UFRB.

Silva, Z. P., & Carvalho, M. I. S. S. (2023). Professoras lésbicas: Em que raios de silêncio podemos encontrá-las. *Linguagens, Educação e Sociedade, 27*(54), 224–253. https://doi.org/10.26694/rles.v27i54.2904

Silveira, V. T., & Vaz, A. F. (2014). Corpo feminino no esporte: Entre heterossexualidade compulsória e lesbofobia. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte, 36*(2), 212–222. http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/2128

Souza, D. S., Nakanishi, D. S., & Nigro, C. M. C. (2020). Ciclo de cine-debate: Raça e gênero. In F. Henriques, J. P. Xavier, & L. L. Souza (Orgs.), *Diversidades na universidade: Pesquisas, práticas e diálogos* (pp. 370–383). Gradus Editora.

Souza, L. E. C., Maia, L. F. M, Lima, K. S., Maia, L. M., & Silva, R. N. (2025). Escala de Sexismo Ambivalente Reduzida: Evidências de parâmetros psicométricos no contexto brasileiro. *Avaliação Psicológica, 24*(n. especial 1), c25482, 1–11, https://doi.org/10.15689/ap.2025.24.e25482

Souza, V. R. S., Oliveira, L. B., Moura, M. A., Costa, R. H. R., & Carvalho, L. M. (2021). Tradução e validação para a língua portuguesa e avaliação do guia COREQ. *Acta Paulista de Enfermagem, 34*, eAPE02631. https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO02631

Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33–47). Brooks/Cole.

Toledo, L. G., & Teixeira, F. S. T. (2010). Notes about the socio-historical construction of stigmas and stereotypes in relation to homoerotism among women. *Revista de Psicologia da UNESP, 10*(1), 39–61.

Torres, M. A., & Pedroso, A. (2020). O reconhecimento de existências lésbicas e a lesbofobia no ensino superior. *Linhas Críticas*, *26*, 1–18. https://doi.org/10.26512/lc.v26.2020.32636

Yan, A. (2023). An analysis of the campus bullying situation faced by LGBT groups and possible solutions. *Communications in Humanities Research*, *14*(1), 63–69. https://doi.org/10.54254/2753-7064/14/20230407